

Dos valores da escola à Bolsa de Valores: uma análise da rede social das atividades da B3 Social em Educação

From school values to the stock exchange: A social network analysis of b3 social's activities in education

Karine Vichielt Morgan¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Universidade Iguaçu

morgan.uff@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo central, a partir da abordagem de Análise de Redes Sociais, mapear e analisar os projetos ligados à área da educação financiados e/ou executados com recursos geridos pela B3 Social que é o braço social da Bolsa de Valores Brasileira. Para tanto, após a criação gráfica da rede social da B3 Social, buscou-se entre os nós nela presentes os sujeitos coletivos com maior grau de interação na rede e isolou-se os projetos realizados. Verificou-se os objetivos e atuações dos sujeitos coletivos e as ações executadas no ano de 2021. A partir das informações coletadas de cada um dos projetos selecionados, analisou-se a ação da B3 Social à luz do modelo elaborado por Fontdevila et. al (2019) que define as estratégias emergentes do empresariado: Mobilização de conhecimento; Network / Rede; Trabalho de Base e Liderança pelo Exemplo.

Palavras-chave: financeirização da educação, responsabilidade social empresarial, B3 Social.

Abstract: This article's central objective, based on the Social Network Analysis approach, is to map and analyze projects linked to the area of education financed and/or executed

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil.
Universidade Iguaçu, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil.

with resources managed by B3 Social, which is the social arm of the Brazilian Stock Exchange. To this end, after the graphic creation of the B3 Social social network, the collective subjects with the highest degree of interaction on the network were sought among the nodes present in it and the projects carried out were isolated. The objectives and actions of the collective subjects and the actions carried out in 2021 were verified. Based on the information collected from each of the selected projects, the action of B3 Social was analyzed considering the model developed by Fontdevila et. al (2019) which defines the emerging strategies of business

Keywords: financialization of education, corporate social responsibility, B3 Social.

Introdução

Este artigo faz parte de pesquisa mais ampla intitulada “Os Bancos nos Bancos da Escola”, cujo objetivo é mapear e caracterizar os movimentos de responsabilidade social empresarial e investimento social privado dos sujeitos ligados ao capital financeiro brasileiro em educação. Este artigo, especificamente, faz o mapeamento e analisa projetos ligados à área da educação financiados e/ou executados com recursos geridos pela B3 Social.

Em sua home page, a B3 Social caracteriza a si mesma como “associação sem fins lucrativos, responsável pela atuação social da B3”, a maior bolsa de valores da América Latina, localizada em São Paulo (SP). E coloca, enquanto finalidade, a “redução das desigualdades sociais” a partir do financiamento de “organizações e projetos que atuem de forma estruturante na melhoria da educação pública brasileira”.

A B3 Social surge oficialmente no ano de 2017 quando o Instituto BM&FBOVESPA se torna B3 Social. Suas atividades, no entanto, remontam ao ano de 2007, quando da fusão entre a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). As duas companhias já mantinham programas de Responsabilidade Social Empresarial (SER) antes da fusão e, após a operação, o Instituto foi criado para a gestão integrada de ambas as iniciativas. Em 2017, mais uma fusão, desta vez com Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados (Cetip), faz surgir a B3 e o Instituto muda de nome, tornando-se B3 Social.

A B3 S.A. e a Associação Bovespa são as mantenedoras da B3 Social e a primeira faz aportes anuais à segunda, cuja função consiste em financiar outras Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) e administrar os recursos de verbas incentivadas (próprias ou de terceiros). Em 2022, foram cerca de R\$ 39 milhões em investimento direto e R\$ 17,3 milhões em investimento por meio de leis de incentivo (mecanismos previstos na legislação brasileira, que permitem a renúncia fiscal, por parte do Poder Executivo, de recursos que deveriam ser arrecadados de pessoas e empresas).

O relatório de atividades da B3 Social de 2021 revela que havia 24 projetos em execução naquele ano. Esses projetos foram desenvolvidos em 26 estados brasileiros e em pouco menos de metade dos 5.568 municípios do país. O relatório informa, ainda, que 19 mil gestores municipais e estaduais foram formados

por meio dessas ações e que 105 mil docentes foram capacitados de maneira direta. Outros 453 mil professores, segundo os dados do relatório de atividades, foram impactados de maneira indireta. As escolas públicas também aparecem no relatório com destaque: 74 mil escolas foram impactadas por suas ações.

É importante ressaltar que o relatório não define a concepção de “impacto” da B3. A palavra é citada 16 vezes em todo o documento, sendo a primeira delas quando explicita sua estratégia de Investimento Social Privado (ISP). O trecho afirma que a educação se configura como tema principal da carteira de ISP da organização, a qual prioriza “projetos que dialoguem com ou tenham potencial de influenciar políticas públicas e tenham natureza estruturante” (B3 SOCIAL, 2021, p. 7).

Segundo Groppo (2007), o movimento de ação social das empresas sobre mazelas sociais oculta o fato de que a atuação delas visando à maximização dos lucros aprofunda as desigualdades que a RSE busca combater ou, ao menos, atenuar. Em outras palavras, as empresas causam os problemas sociais cujas fundações, criadas por elas próprias, destinam-se a combater.

Caudatária da assunção pelas empresas de responsabilidades, antes demandadas ao Estado, é a impossibilidade da construção de um espaço público no qual sejam chamados à discussão os próprios excluídos, os destinatários das políticas que, nesta perspectiva, são “homogeneizados pela sua carência” (PAOLI, 2002, p. 403).

[...] os espaços públicos só se tornam assim quando os socialmente desiguais se encontram em equivalência como atores e sujeitos autônomos do protagonismo político e civil e, pelo exercício conjunto e conflitivo do debate, reflexão e deliberação sobre um mundo comum, avancem para além das garantias constitucionais e jurídicas ao concretizar o direito de participar na pluralidade das demandas de cidadania (PAOLI, 2002, p. 403).

A reconfiguração contemporânea da filantropia, conforme analisam Ball e Olmedo (2013), não representa uma ruptura com as formas anteriores de caridade, mas sim sua ressignificação a partir da lógica de mercado. Esses autores evidenciam que emergem “novos filantropos” que combinam soluções tradicionais com instrumentos empresariais voltados à maximização de resultados e à mensuração de impactos, estabelecendo uma vinculação direta entre doação e retorno, seja ele reputacional, político ou financeiro. Nessa perspectiva, a filantropia deixa de ser concebida como ação moral ou assistencialista e passa a funcionar como estratégia de investimento, por meio da qual sujeitos individuais ou corporações assumem responsabilidades sociomorais antes atribuídas ao Estado ou a organizações da sociedade civil, sem abrir mão da racionalidade do lucro (BALL; OLMEDO, 2013, p. 33).

Tal transformação é sintetizada pelos autores na passagem da filantropia caritativa para uma filantropia de caráter empresarial: da “Filantropia 1.0”, de cunho paliativo, para a “Filantropia 2.0”, associada ao desenvolvimento, culminando no modelo da “Filantropia 3.0”, caracterizado pela busca de escalabilidade, mensuração de resultados e influência na formulação de políticas públicas (BALL; OLMEDO, 2013, p. 34).

Aprofundando tal perspectiva, a análise de Adrião et al. (2024) sobre a “terceira geração da privatização da educação”, marcada pela atuação de organizações privadas, sob o discurso da inovação social

e do impacto, passam a operar de maneira estruturada e permanente dentro do próprio aparelho do Estado. Nesse cenário, ganha destaque o conceito de filantropocapitalismo, entendido como a ação de fundações e institutos que, embora se autodeclarem filantrópicos, operam segundo a lógica empresarial do investimento social, demandando contrapartidas concretas, resultados mensuráveis e capacidade de incidência normativa (BISHOP; GREEN, 2008; ADRIÃO et al., 2024).

Como destacam Belfield e Levin (2004, p. 19, apud ADRIÃO et al., 2024, p. 3), essa forma de atuação implica a transferência de responsabilidades, instrumentos e funções do Estado para agentes privados, os quais passam a intervir nas dimensões de definição curricular, gestão de sistemas e oferta educacional. Trata-se, portanto, não de mera colaboração, mas da consolidação de um arranjo de governança privada que redefine agendas públicas e tensiona os princípios da gestão democrática da educação (ADRIÃO et al., 2024, p. 2).

Neste trabalho, é possível identificar a B3 social como sujeito-parte das relações que se fazem no interior do Estado e que influenciam caminhos da política educacional brasileira. Tais influências ancoram-se na construção de um pensamento hegemônico, que demanda um *modus operandi* único que a educação pública deve reproduzir como seu próprio modelo de eficiência.

METODOLOGIA/ANÁLISE

Esta pesquisa utiliza o ferramental disponibilizado pela abordagem da Análise de Redes Sociais (ARS), a qual nos parece de fundamental importância para uma melhor compreensão das correlações de forças existentes no atual cenário de reconfiguração do capitalismo, envolvendo, necessariamente, a ação e a interação entre agentes e corporações privadas e o Estado.

Segundo Börzel (2008) a palavra rede vem difundindo-se rapidamente em várias áreas do conhecimento sem, no entanto, ter um sentido unívoco. Para a autora, rede “tem se tornado um termo da moda” (p. 218).

De modo mais assertivo, Souza e Quandt (2008) afirmam que a ARS “é uma ferramenta metodológica de origem multidisciplinar [...] cuja principal vantagem é a possibilidade de formalização gráfica e quantitativa de conceitos abstraídos a partir de processos característicos da realidade social” (SOUZA e QUANDT, 2008, p. 31).

Seguindo esta perspectiva, a ferramenta possibilita analisar, de forma gráfica as relações entre os atores que estão inseridos em uma determinada rede. A partir do grafo, outras relações podem ser desveladas e analisadas de maneira qualitativa.

A ARS utiliza nomenclaturas e conceitos característicos próprios, cujos significados precisam estar claros. Nesse sentido, alguns pressupostos serão elencados de forma a situar o leitor e circunscrever os termos que doravante serão utilizados. É preciso, no entanto, esclarecer que nem todos os aspectos relacionados na ARS serão observados ao longo deste trabalho, serão priorizados aqueles que dialogam com o objeto de estudo aqui delimitado.

No escopo que buscamos, será utilizada a perspectiva de rede multimodal (definida enquanto uma rede que agrega atores de diferentes tipos) por abranger atores individuais e coletivos, de direito público e privado, com e sem fins lucrativos, dentre outros. Será importante também a inclusão das redes de afiliação, que são tipos especiais de redes multimodais, a partir das quais é possível identificar atores que participam de maneira simultânea de mais de uma rede (SOUZA e QUANDT, 2008).

Os atores são identificados enquanto indivíduos ou grupos de indivíduos, corporações etc. As associações, como é o caso da B3 Social, são nomeadas também de atores. A “relação que estabelece uma conexão ou troca de fluxos entre dois atores” (SOUZA e QUANDT, 2008. p. 31) é nomeada Elo Relacional. Esses elos relacionais podem estar associados a tipos de conexões diferentes, desde o compartilhamento de opiniões pessoais, até a transferência de recursos.

Outro conceito fundamental é o Grau Nodal cujo objetivo é verificar o grau de ações de um determinado nó ou ponto, observando as linhas a ele ligadas, o que demonstra a centralidade e arco de atuação de um nó específico dentro de uma determinada rede social (SOUZA e QUANDT, 2008, p. 31). A partir da centralidade de um determinado nó é possível observar a formação de *clusters* que representam intensa atividade de nós entre si, que independem do ator que deu origem ao grafo (representação gráfica).

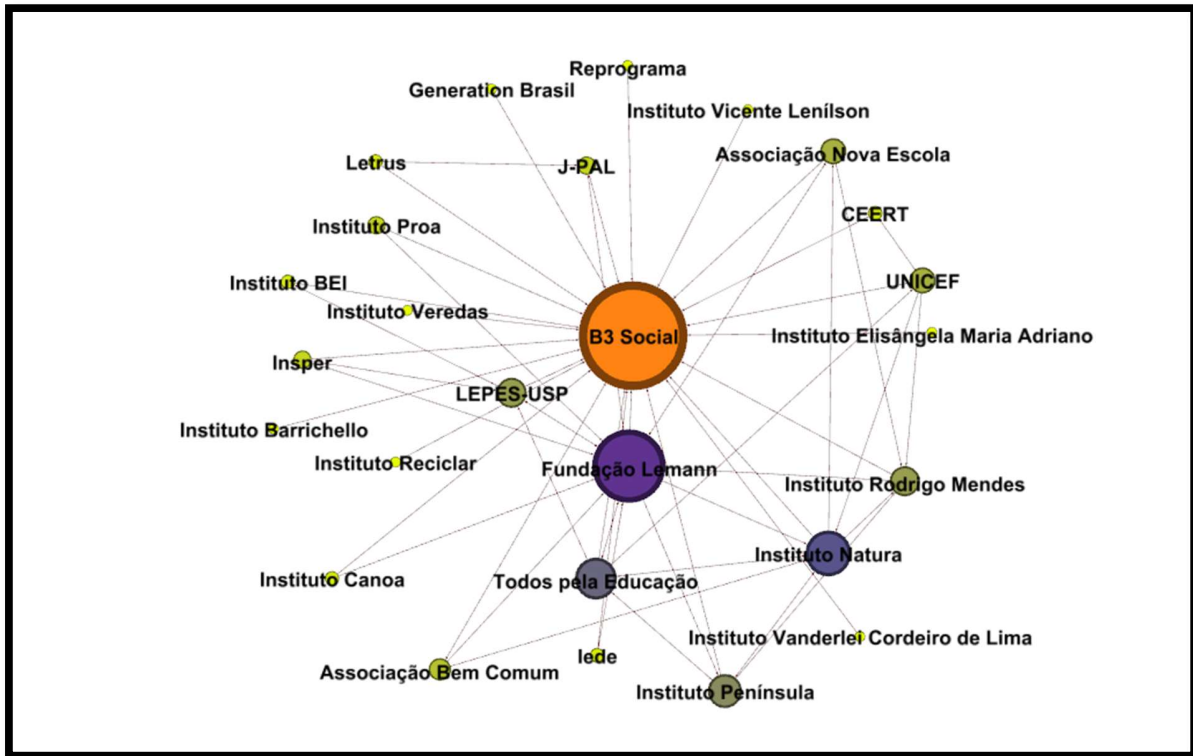
A delimitação da rede é de suma importância para a pesquisa, tendo em vista que é necessário definir suas fronteiras. Nesse sentido, dentre as possibilidades de métodos a serem investigados e pelas características das relações a serem analisadas e dos atores envolvidos, optou-se pelo modelo de redes ego-centralizadas com “alter” relações a partir das quais identifica-se “os nós focais (egos) e, posteriormente, identifica os nós aos quais esses egos estão conectados. Os nós secundários (alter) são então investigados quanto às suas possíveis interconexões (conexões entre si)” (SOUZA e QUANDT, 2008. p. 47).

Definido, no escopo desta pesquisa, a B3 Social como o nó focal principal da rede que se busca desvelar, outros atores foram revelando-se relevantes tanto nas suas relações com a B3 quanto com outros nós da rede, sendo possível observar graficamente uma rede de grande complexidade e altamente abrangente.

Foi construído o grafo das redes sociais da B3 Social com dados disponíveis nos sítios virtuais das organizações. Nesta pesquisa, delimitou-se apenas as ações e projetos que incidiram de forma direta sobre a educação pública. Para a construção dos elementos gráficos foi utilizado o software Gephi 0.10.1.

Em um primeiro momento, exploratório, foram inseridos no Gephi 0.10.1 todos os parceiros encontrados no relatório de atividades da B3 Social do ano de 2021, o último disponível quando da escrita deste artigo. Em seguida, investigou-se nas páginas das instituições parceiras as instituições já inseridas no grafo que mantinham relações entre si e foram inseridas as arestas entre os nós já presentes na rede. Nenhum nó foi adicionado. Isto quer dizer que todos os nós iniciais presentes na rede possuem elo relacional com a B3.

Figura 1 : Grafo da Rede Social da B3 Social (2021)



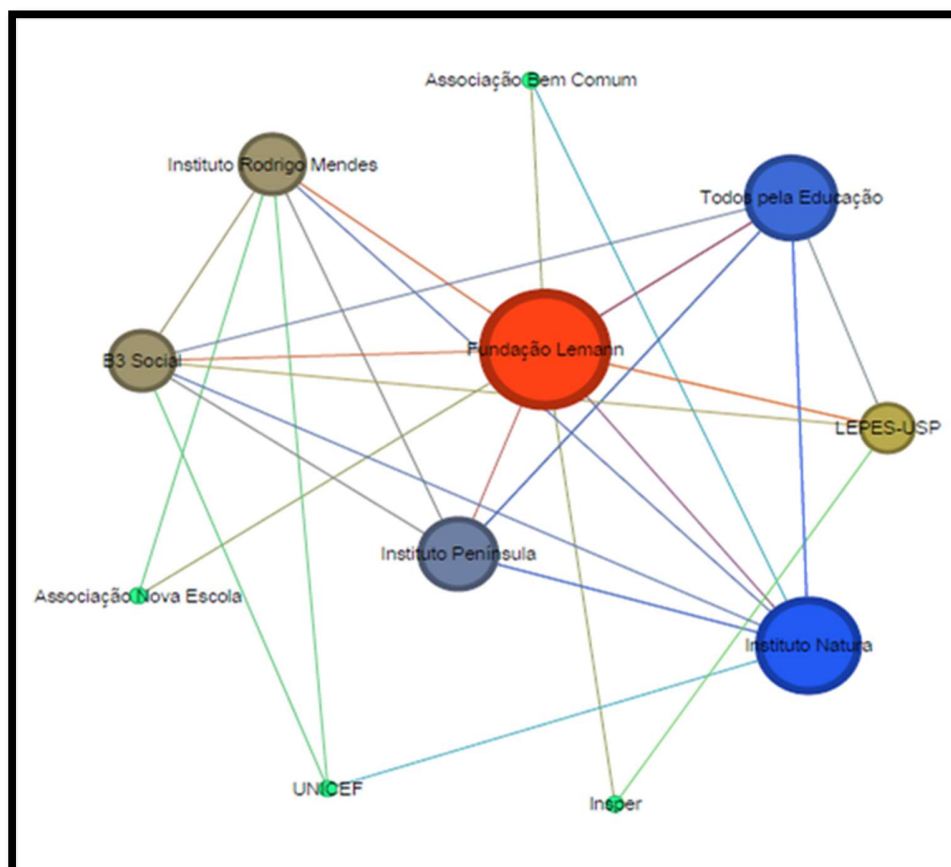
Fonte: Construído pela autora com dados primários.

A Fig. 1 representa o resultado das ações explicitadas.

A partir da rede construída, verificou-se a incidência de 26 nós que dão origem a 61 elos relacionais. É uma rede de pouca densidade, ou seja, que mantém poucas relações entre si. Pouco menos de 50% (12 nós) do total mantém parcerias com outros nós presentes na rede além da B3 Social. Porém, é possível observar, em uma análise mais detida, características interessantes tanto na formação de *clusters*, quanto na atividade específica de alguns dos nós. Os nós da rede inicial são, majoritariamente, fundações, institutos e associações sem fins lucrativos, totalizando 88% dos nós da rede. Há também empresas e instituições de ensino superior entre os nós.

Quanto aos *clusters* e elos relacionais deles decorrentes, foi possível observar alguns nós com maior atividade, a saber: Fundação Lemann (13 elos); Instituto Natura (8 elos); Instituto Rodrigo Mendes (6 elos); Todos pela Educação (6 elos); Instituto Península (5 elos) e Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação e Economia Social (Lepes) da Universidade de São Paulo (USP) (5 elos). Para visualizar uma rede derivada da principal, na qual nenhum dos nós mantém relação apenas com a B3 Social, desenhou-se o grafo representado na Fig. 2, a seguir, em que é possível observar a prevalência da rede de relações de cinco principais atores: Fundação Lemann, Instituto Península, Instituto Natura, Instituto Rodrigo Mendes e Todos pela Educação.

Figura 2: *Clusters da Rede Social da B3 Social*



Fonte: Construído pela autora com dados primários.

Como escolha metodológica, por seu escopo e abrangência, neste artigo as análises são centralizadas nos projetos realizados em parceria com quatro dos atores coletivos de maior densidade representados na Fig. 2, excluindo-se a investigação direta sobre o programa “Educação Já”, capitaneado pelo Todos pela Educação (TPE). Ainda que se enfatize aqui sua grande influência e atuação em diversos campos da política educacional brasileira, tal opção metodológica deu-se em razão da profusão de estudos em torno do TPE, os quais dão conta de mapear sua incidência e ação, como Martins (2009); Evangelista e Leher (2012); Martins e Krawczyk (2018), Araújo e Nascimento (2020), dentre outros.

Em observação à ação coletiva dos atores selecionados a partir dos critérios anteriormente especificados, foi possível destacar quatro programas/projetos, descritos no quadro 1, dos quais três serão analisados a seguir.

Quadro 1: Projetos/Programas e parceiros da B3 Social

Título	Atores envolvidos	Principal Objetivo
Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC)	Associação Bem Comum Fundação Lemann, Instituto Natura	“Apoiar o poder público estadual no desenho e implementação de uma política de melhoria da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças.”
Impulsiona Educação Esportiva	Instituto Península	“Aumentar a diversidade de atividades físicas nas escolas; desenvolver habilidades socioemocionais dos alunos a partir do esporte; contribuir para a valorização do esporte escolar na sociedade.”
Endowment IRM	Instituto Rodrigo Mendes	Doação de recursos para o Fundo Patrimonial do Instituto Rodrigo Mendes.
Educação Já	Todos pela Educação	Apresentar “contribuições para a elaboração de um plano sistêmico para a Educação Básica brasileira nas próximas gestões federal e estaduais.”

Fonte: Construído pela autora com dados primários.

Os projetos supramencionados foram investigados em seus objetivos, financiamento, formas de atuação no programa/projeto e da organização executora, a fim de perceber o formato do Investimento Social Privado considerado estruturante pela B3 Social.

Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC)

Sujeitos coletivos envolvidos: Fundação Lemann, Instituto Natura e Associação Bem Comum.

O primeiro projeto a ser aqui analisado, intitulado “Parceria pela Alfabetização em Regime em Colaboração (PARC)”, tem como instituições responsáveis a Fundação Lemann, a Associação Bem Comum (ABC) e o Instituto Natura. Na página da Fundação Lemann, é esclarecido que a própria e o Instituto Natura exercem papel de financiadores das ações executadas pela Associação Bem Comum, elo este que foi o principal fornecedor de informação sobre as ações efetivamente executadas sobre a educação pública.

No site da Associação Bem Comum, é possível identificar o objetivo central do PARC, a saber “apoiar o poder público estadual no desenho e implementação de uma política de melhoria da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças”.

A ABC foi fundada em 2018 e reuniu em seu grupo executivo atores que participaram “da reforma educacional do município de Sobral/CE, onde o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos iniciais do ensino fundamental passou de 4,0 para 8,4 entre 2005 e 2019”². Este último, ano em que entra em funcionamento a PARC, e no ano seguinte o segundo dos dois únicos projetos que a Associação Bem Comum executa (ambos em parceria com a B3 Social).

A Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC) é um programa criado em 2019 pela Associação Bem Comum com o propósito de **apoiar o poder público estadual no desenho e implementação de uma política** de melhoria da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças. ³(grifos nossos)

O projeto, segundo sua descrição, foi inspirado “no Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) do Ceará [...]”⁴ e tem como objetivo principal a “alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental.”

A mandala representada na Fig. 3 traz as estratégias que devem se integrar sistemicamente:

² <https://abemcomum.org/#quemSomos>.

³ https://site.abemcomum.org/parceria-pela-alfabetizacao-em-regime-de-colaboracao/?_ga=2.119877064.1748125337.1683744454-1408992090.1683744454&_gl=1*8pil1*_ga*MTQwODk5MjA5MC4xNjgzNzQ0NDU0*_ga_6PB8BCGJZL*MTY4Mzc1ODQwOC4yLjEuMTY4Mzc1ODY1OC4wLjAuMA.

⁴ <https://abemcomum.org/#quemSomos>.

Figura 3: Mandala PARC ABC

Fonte: <https://abemcomum.org/parceria-pela-alfabetizacao-em-regime->

É interessante observar que a tutoria amiúde exercida pela ABC sobre os municípios que aderem à iniciativa - a qual consiste em mais uma estratégia de privatização -, não aparece na representação gráfica das atividades constantes na mandala. Porém, segundo informações constantes em sua home page, a aplicação de avaliação censitária, a assessoria para os sistemas de ensino para o desenho da política, a formação para os gestores e a consultoria estratégica, temática e de base territorial são obrigatórias no pacote fechado da PARC para o processo nos territórios. Há, ainda no site, a informação de que “O trabalho junto aos estados é desenvolvido por meio de prestação de serviços de consultoria e gestão pela Associação Bem Comum (ABC)”⁵.

Verger et al. (2016) apontam que há um mercado crescente de consultoria para a educação que naturaliza a permeabilidade entre o público e o privado – tanto no que diz respeito à transferência da tecnologia corporativa para o funcionamento estatal, quanto no que tange à transferência de sujeitos que transitam entre os dois setores. Esse hibridismo pode ser percebido também no funcionamento da PARC, ao passo que a avaliação leitora, parte fundamental do projeto, é aplicada por uma fundação ligada à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

⁵ <https://abemcomum.org/parceria-pela-alfabetizacao-em-regime-de-colaboracao/>.

A avaliação de fluência leitora é realizada a partir da gravação do aluno ao ler palavras, frases e um texto. Os áudios, segundo a ABC, são avaliados por uma equipe externa e “sistematizados em uma plataforma”. A plataforma e os profissionais são vinculados ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), fundação da UFJF. O CAEd é responsável por elaborar os itens, corrigir os textos e consolidar os resultados. Para a prestação dos serviços relacionados à avaliação de fluência, a ABC desembolsou R\$ 3.659.576,64, em contrato disponível na página da Fundação CAEd⁶. Tal valor corresponde ao montante aplicado em 12 estados (8 na primeira fase e 4 na segunda fase).

Em uma visão ampla, o projeto em parceria com o CAEd:

[...] aplicou a avaliação de fluência leitora nos 10 estados da parceria, com participação de 60% dos alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental das redes públicas; entregou material didático complementar de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental para 6.673 escolas públicas em quatro estados; e ainda realizou formação para 32.521 professores alfabetizadores (B3 SOCIAL, 2021, p. 16).

Outro ponto interessante a se observar na operação da PARC é que os sujeitos que participam da “Formação das equipes técnicas da Secretaria e Regionais Apoio nas atividades de implementação com até 2 articuladores locais residentes na secretaria” são selecionados pela organização social Vetor Brasil.

Por questões metodológicas (delimitação da rede), não nos aprofundaremos na atuação da Vetor Brasil, mas é importante pontuar que seu principal objetivo é identificar e formar sujeitos para atuação nas instituições públicas. Ou seja, instituições privadas que planejam seus projetos para intervir no modo de funcionamento estatal.

O alcance do projeto e o avanço sobre a educação pública pode ser verificado nos dados divulgados pela Associação Bem Comum: 15 dos 26 estados brasileiros atendendo a “3.271 municípios e cerca de 2.804.880 alunos do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da rede pública”. O número de alunos enunciado pela Associação corresponde a, aproximadamente, 60,7% das matrículas de 1º e 2º anos somadas em escolas públicas contabilizadas no Censo Escolar do ano de 2022.

Como parceira, além da B3 Social, da Fundação Lemann e do Instituto Natura, consta na página da PARC, a Fundação Vale – Braço Social da empresa multinacional de mineração brasileira Vale. No entanto, não é esclarecida a atuação de cada um destes sujeitos para além do que já foi anteriormente citado.

O montante financeiro total mobilizado para a execução deste projeto não pode ser calculado. Não foram encontrados os relatórios financeiros e/ou de atividades da Associação Bem Comum e da Fundação Lemann. Nos relatórios anuais da B3 Social e do Instituto Natura não há a informação sobre investimento de recursos discriminado por projeto.

A Associação Bem Comum não exhibe as contas e os investimentos executados. Não há tal obrigatoriedade, tendo em vista que não há transferências de recursos entre a administração pública e a

⁶ <https://portaltransparencia.caeddigital.net/#!/cadastro-convenio-contrato-termo>.

organização. A análise das ações da PARC revela que sua atuação ultrapassa o apoio à alfabetização e institui um novo padrão de governança em que organizações privadas assumem funções típicas do Estado, como diagnóstico, formação de gestores e definição de instrumentos de avaliação. Esse movimento materializa o que Fontdevila, Verger e Avelar (2019) identificam como estratégia de “trabalho de base” do setor empresarial, por meio da qual se busca reconfigurar a política educacional a partir de soluções padronizadas e escaláveis. Assim, o projeto não apenas converge ideologicamente com seus financiadores, mas opera como dispositivo de filantropocapitalismo que orienta o desenho da política pública segundo a lógica de investimento e impacto privado.

Impulsiona Educação Esportiva

Sujeitos coletivos envolvidos: Instituto Península / Instituto Singularidades

Embora o título do programa insinue uma ação restrita ao esporte, o Impulsiona coloca-se atrelado a outros objetivos mais abrangentes. Em sua *home page*, afirma-se que a iniciativa tem como “objetivo estimular o uso do esporte como ferramenta educacional no desenvolvimento integral dos alunos”, buscando “incentivar a prática de novas modalidades, trabalhar as competências socioemocionais e fortalecer a cultura esportiva na comunidade escolar através de cursos e conteúdos gratuitos”.

Embora pareça que o Impulsiona dá ênfase à construção de conteúdo para formação de sujeitos que chama de “impulsionadores”, também atua em outras duas frentes: “apoio a redes de educação parceiras” e “produção de evidências e conhecimento”.

O programa surge de uma fusão de duas iniciativas voltadas ao esporte: a primeira delas, ligada ao Instituto Península (braço social das empresas da família de Abílio Diniz⁷) e a segunda iniciativa, um projeto governamental lançado no ano de 2014 intitulado “Transforma⁸” fruto de uma parceria entre o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e o Ministério da Educação (MEC). O programa nasce no ano de 2017 e fica sob a responsabilidade de realização do Instituto Península com o apoio da B3 Social.

Segundo informações obtidas em sua *home page*, o programa Impulsiona atingiu 71 mil escolas, em 26 estados e o Distrito Federal, em 5.521 municípios e atingiu 275 mil docentes.

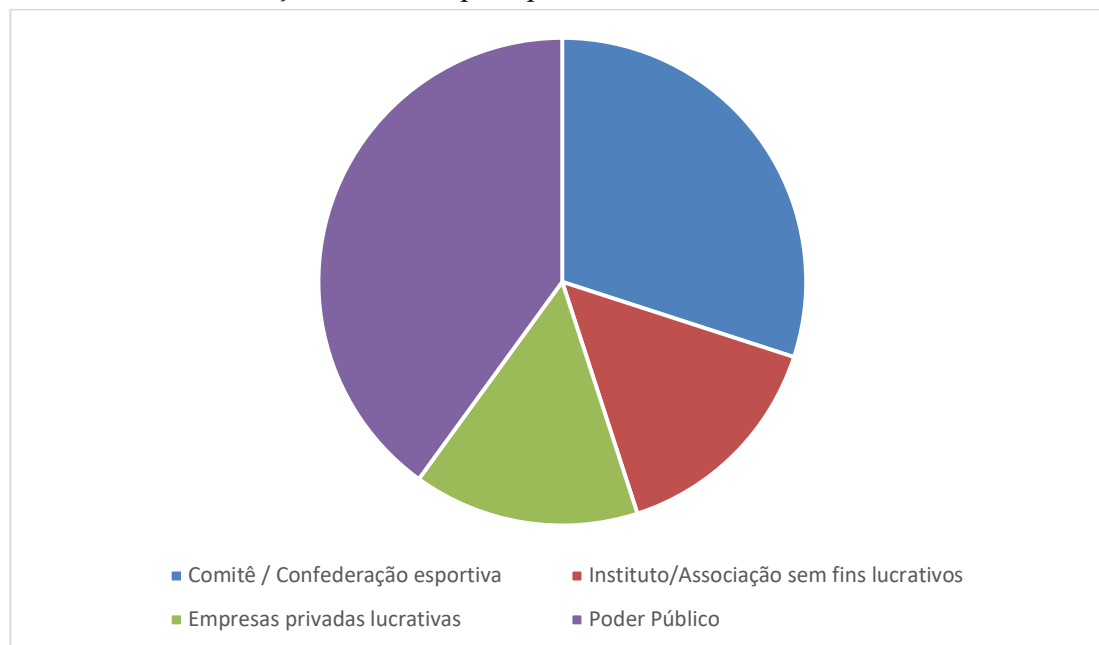
Suas marcas de acesso e *downloads* de conteúdos produzidos no contexto do programa são ainda mais consistentes: mais de 1 milhão de acessos por ano, 718 mil *downloads* e 447 mil inscrições em cursos diversos oferecidos pelo impulsiona.

Na rede social do Impulsiona, dentre os 20 sujeitos presentes, há atores estatais, atores privados com fins lucrativos, além de associações e fundações das mais diversas origens.

⁷ Família proprietária de grandes grupos varejistas como o Grupo Pão de Açúcar e, Grupo Carrefour no Brasil, além da BRF, uma empresa global do setor de alimentos, dentre outros negócios. Criadora da Península Participações.

⁸ Para saber mais consulte <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/projeto-transforma#:~:text=O%20Transforma%20oferece%2C%20de%20forma,dos%20jogos%20ol%C3%ADmpicos%20e%20paraol%C3%ADmpicos.>

Gráfico 1: Classificação dos atores por tipo⁹



Fonte: <https://impulsiona.org.br/sobre/#>.

A maior parte desses parceiros, que totaliza 40% dos atores, é composta por federações, confederações e comitês esportivos¹⁰. A inserção destes grupos deu-se, em grande medida, pela origem do próprio programa, que contou com grande apoio dos organizadores da maior competição esportiva do mundo, os Jogos Olímpicos.

Os parceiros são classificados pelo Impulsiona em três tipos. O primeiro deles é nomeado de “Parceiros Institucionais”. Nesta classificação estão inseridos os órgãos estatais e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). A Undime, embora seja uma pessoa jurídica de direito privado, ao reunir os secretários de educação dos municípios de todo o Brasil, guarda em si a possibilidade de promover encontros nos quais as Fasfil possam abrir caminhos para o acesso às redes públicas de ensino por meio de acordos.

O segundo grupo de parceiros, nomeados “Parceiros de Formação”, congrega os agentes que colaboram com a produção dos conteúdos e cursos que chegam aos professores. Os conteúdos produzidos estão também categorizados em cursos, aulas digitais, webinários e faça você mesmo.

Todos os conteúdos são ancorados nas Unidades Temáticas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e são ofertados na plataforma do Impulsiona. Os webinários foram ao ar, no canal do Impulsiona no YouTube, durante o período de afastamento social para a contenção da disseminação da pandemia da

⁹ A Undime, embora de natureza privada, foi incluída na categoria poder público por sua composição e forte vinculação a ele.

covid-19¹¹. As aulas digitais são “PDFs pedagógicos” que prometem trazer “soluções teóricas e práticas”. Já os cursos, são unidades de conteúdo mais complexas, que envolvem muitos sujeitos. Com carga horária que varia de menos de 2 horas até 40 horas, estes cursos são certificados por instituição de ensino superior – o Instituto Singularidades – e têm como público-alvo o professor e o coordenador pedagógico, embora nem todos tragam a informação do público-alvo da formação. Apresentam-se no formato totalmente *online*, com conteúdo gravado previamente e com pouca (ou nenhuma) interação com outros seres humanos. Embora o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) não conste na listagem dos parceiros, sua logomarca está impressa no certificado emitido pelo Impulsiona, junto à do Ministério da Educação e a da Undime.

O terceiro grupo de parceiros é nomeado “Parceiros de Execução” que, segundo a descrição, são os responsáveis pela manutenção do programa em funcionamento no cotidiano. Este terceiro grupo é composto por três sujeitos. Três empresas: MGN – empresa especializada em gestão de projetos para transformação social; a agência de comunicação m2br e o Grupo Mangalô que descreve a si mesmo como uma “holding de negócios sociais”. Tais negócios, então lucrativos, fazem parte de uma rede de empresas que se forma em torno do investimento social privado. Paoli (2002) afirma que se abre uma imensa rede de empresas com fins lucrativos e interesses individuais que se propõem a auxiliar os doadores nas tramas da filantropia.

Há instituições que ensinam o empresário a doar, outras que lhe mostram como captar recursos e fazer parcerias, outras ainda a estruturar uma entidade específica para gerir o trabalho filantrópico, organizar esta entidade de modo que propicie uma ação social mais durável, desenvolver a administração financeira e contábil própria desse tipo de atividade, enfrentar o imposto de renda, pautar matérias jornalísticas, mudar de vocabulário e mentalidade, aprender a informar-se em seminários de discussão e até mesmo compatibilizar as exigências de produtividade da empresa diante de seus trabalhadores (“funcionários”, na linguagem corrente) através da adoção de programas filantrópicos (PAOLI, 2002, p. 396).

No caso da rede social do Impulsiona, especificamente, o percentual de Fasfil e empresas é o mesmo. O que demonstra a lucratividade em algum ponto da execução das ações filantrópicas, mesmo sem incluir no escopo deste projeto os valores referentes à renúncia fiscal e recursos incentivados.

Em contrapartida, todos os conteúdos veiculados nos cursos e PDFs são adequados a uma pauta cara aos reformadores empresariais: a Base Nacional Comum Curricular.

A BNCC é uma agenda de grandes corporações empresariais que se reúnem, por meio de seus braços sociais – mas não somente –, em no chamado Movimento pela Base (MPB)¹². Seu Conselho Deliberativo

¹¹ A pandemia causada pelo novo corona vírus teve reflexos no que tange ao isolamento social no período compreendido entre 2020 e 2022.

¹² Para mais informações sobre o Movimento, acessar <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>.

congrega Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Fundação Telefônica Vivo. A B3 Social aparece na lista dos doadores do MPB.

Ao certificar professores, sistematizar conteúdos alinhados à BNCC para professores da rede e operar redes com agentes estatais, o programa atua como vetor de captura do Estado por meio de mecanismos de influência indireta, típicos da terceira geração da privatização analisada por Adrião et al. (2024) e das estratégias identificadas por Fontdevila, Verger e Avelar (2019). Trata-se, portanto, de uma tecnologia de poder que reforma a educação pública por dentro, naturalizando a presença do setor privado como formulador legítimo de políticas nacionais.

ENDOWMENT IRM

Atores envolvidos: Instituto Rodrigo Mendes

Segundo o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), o *endowment* é a constituição de um fundo patrimonial que

[...] deve servir de fonte de recursos previsíveis e perenes no tempo para uma causa altruísta eleita. Um *endowment* existe para dar perenidade à causa, proteger um determinado patrimônio dos riscos usuais de uma atividade operacional e, em especial, da utilização ineficiente ou desorganizada dos recursos¹³.

Fabiani e Cruz (2017) destacam que os fundos patrimoniais surgiram para responder à queda brusca das captações de recursos para as causas altruístas durante e após a crise econômica de 2008. Na ocasião, expôs-se a fragilidade da manutenção perene da execução das ações das organizações e associações filantrópicas e sem fins lucrativos. Ainda segundo os autores, o ordenamento jurídico acerca da constituição desses fundos é recente, embora já houvesse algumas experiências antes da aprovação da Lei nº 13.800/2019 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – que define o funcionamento dos fundos patrimoniais. O analista jurídico Sotto-Maior (2011) conceitua fundos patrimoniais como

[...] estruturas que recebem e administram bens e direitos, majoritariamente recursos financeiros, que são investidos com os objetivos de preservar o valor do capital principal na perpetuidade, inclusive contra perdas inflacionárias, e gerar resgates recorrentes e previsíveis para sustentar financeiramente um determinado propósito, uma causa ou uma entidade (p. 66).

¹³ <https://www.idis.org.br/o-que-e-sao-endowments/#:~:text=Fundo%20patrimonial%2C%20em%20ingl%C3%AAs%20endowment,para%20uma%20causa%20altru%C3%ADsta%20eleita.>

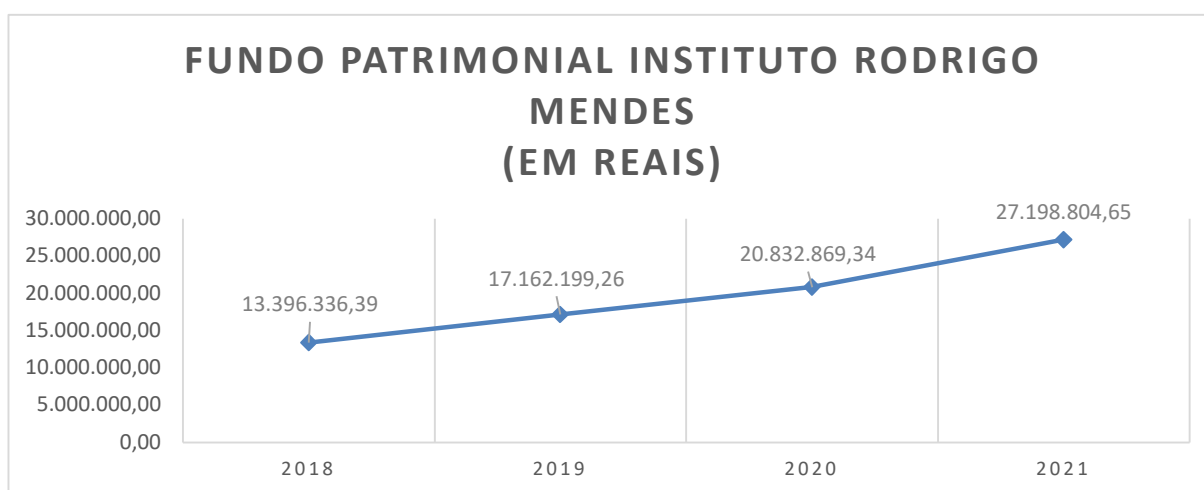
A crise de 2008, trouxe à tona a necessidade de criar mecanismos estáveis de financiamento de ações, o que levou à adoção de instrumentos financeiros típicos do mercado de capitais para garantir que as fundações privadas não dependam de financiamento público ou de doações pontuais, consolidando sua autonomia financeira e influência política perene.

No âmbito do Instituto Rodrigo Mendes, a ideia da constituição de um fundo patrimonial, conforme Sotto-Maior (2011) indicou no plano geral, surge após as dificuldades financeiras expostas a partir da crise de 2008. Vencida a fase de discussão e estudo interno, o Projeto *Endowment* IRM foi iniciado no ano de 2012.

De acordo com o relatório de demonstrações financeiras de 2021, o fundo tem o intuito de “garantir a sustentabilidade financeira do Instituto, perpetuar seu patrimônio e garantir a consecução de seus objetivos”¹⁴.

As aplicações dos recursos do *Endowment* e as doações dos parceiros têm ampliado de maneira acelerada o montante do fundo patrimonial ao longo dos anos. Como pode-se observar no gráfico a seguir, em um intervalo de quatro anos, houve um crescimento de aproximadamente 103%.

Gráfico 2: Evolução do Endowment IRM



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos das demonstrações financeiras do IRM.

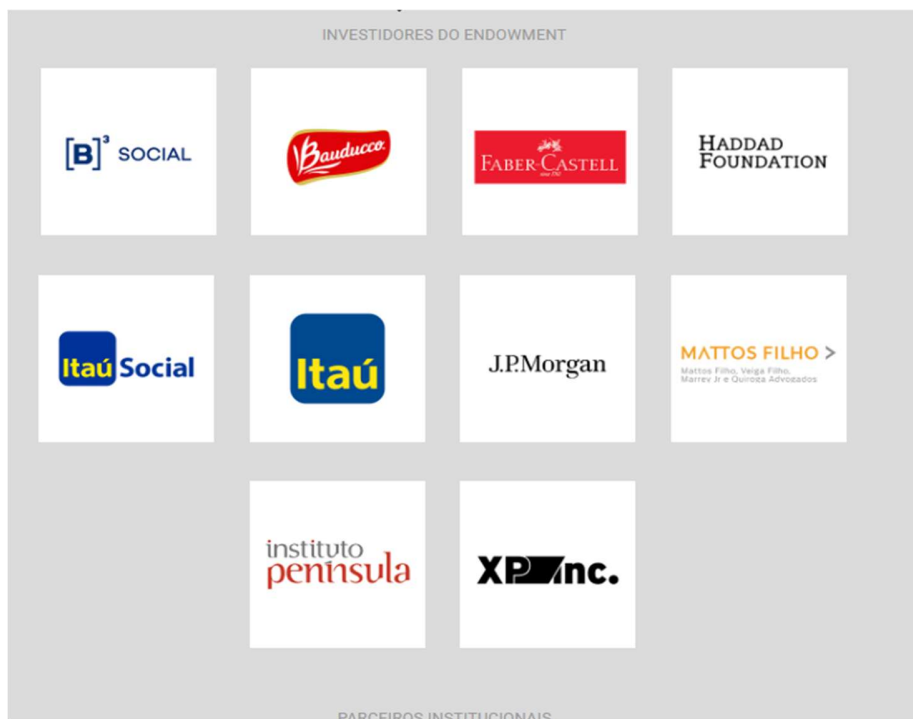
A B3 Social, ao contribuir com a constituição do Fundo Patrimonial do IRM, indica a concordância com as premissas do Instituto e o seu *modus operandi* nas pautas por ele defendidas. Em outras palavras: a B3 Social apoia o Instituto Rodrigo Mendes integralmente, pois não delimita para quais as ações o recurso repassado poderá ser utilizado. Nesse caso, é perceptível o deslocamento da execução de ações de si para

¹⁴ <https://institutorodrigomendes.org.br/wp-content/uploads/2022/04/demonstrac%C3%A7%C3%A3o%20financeiras%202021%20Instituto%20Rodrigo%20Mendes.pdf>.

outros. Outros estes também constantes na rede e cujas ações de ambos os lados criam a sinergia necessária para que a rede permaneça coesa e sustente uma interdependência para a continuidade das ações.

Ao se olhar para a rede social dos sujeitos que fazem os aportes financeiros ao *Endowment* IRM, observa-se nós que estão presentes na rede principal da B3, inclusive nas redes de projetos anteriormente analisados neste artigo e em pesquisas anteriores.

Figura 4: Doadores do *Endowment* IRM



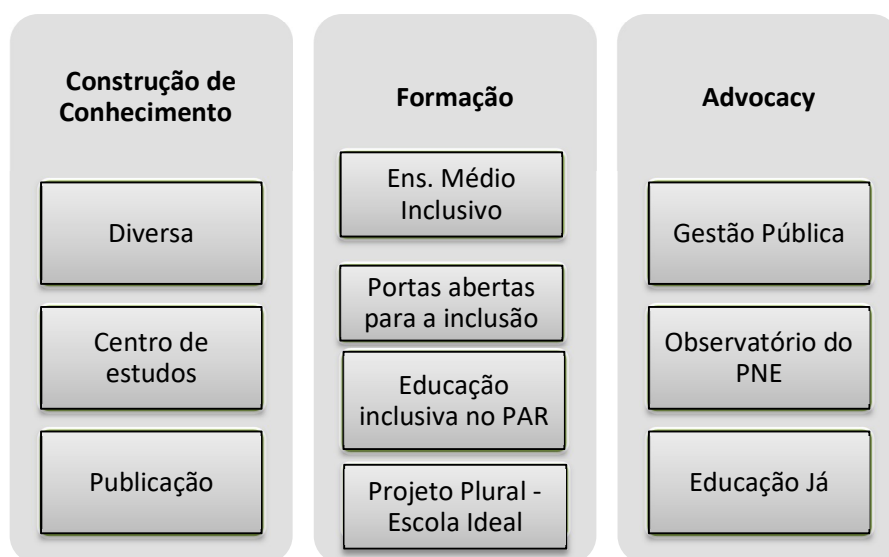
Fonte: <https://institutorodrigomendes.org.br/#parceiros> .

Aos investidores, o IRM oferece um rol de serviços que incluem “Palestras; Workshops; Assessoria em temas relacionados à diversidade/inclusão/acessibilidade; Relatórios perenes de impacto associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Participação em eventos; Selo da Educação Inclusiva”. Não há disponível o detalhamento de cada um destes serviços para delimitar seu conteúdo, alcance, escopo, formas de atuação ou quaisquer outras características.

Também não foi possível localizar o valor doado de maneira desagregada nos relatórios financeiros da B3 Social e nem do Instituto Rodrigo Mendes. Desta maneira, não é possível precisar qual valor a B3 Social repassou para o IRM. Entretanto, verificou-se que o total de doações recebidas de pessoas jurídicas pelo IRM no ano de 2021 somou R\$ 1.805.898,58. Tal valor é mais que o triplo do recebido em 2020, que somou R\$ 551.558,11. É importante esclarecer que, embora não pareça uma vultosa soma, os valores citados não incluem o montante vinculado a projetos específicos.

As estratégias de ação apoiadas pela B3 Social, por meio do investimento no *Endowment* IRM, dividem-se em três pilares principais nomeados “Construção de Conhecimento”, “Formação” e “Advocacy”. Cada um destes braços subdivide-se em ações, conforme a figura a seguir:

Figura 5: Atuação do IRM



Fonte: Elaborado pela autora com dados do relatório de atividades (2021).

Para o desenvolvimento de tais ações, o IRM possui uma vastíssima carteira de parceiros e ocupa espaços importantes de discussão. Além dos 10 parceiros doadores, o IRM conta com outros tipos de parcerias. Segundo o IRM, são 8 parceiros institucionais, 13 parceiros de projetos e 21 apoiadores. Não está claro qual é o papel de cada tipo de parceria. Em análise aos sujeitos coletivos evidenciados, além dos braços sociais de inúmeras empresas de diversos setores, há editoras, canais de televisão, empresas de comunicação conglomerados educacionais, indústrias, dentre outros.

É interessante observar, ainda que há uma preocupação do IRM com o funcionamento da esfera estatal, ao passo que no pilar “Advocacy” há a gestão pública, o apoio a uma plataforma que disponibiliza dados de monitoramento do Plano Nacional de Educação e o Educação Já – pauta ligada ao Todos pela Educação.

A análise do *Endowment* IRM evidencia que a atuação da B3 Social se insere na etapa mais sofisticada do filantropocapitalismo educacional, em que o investimento não se materializa em projetos pontuais, mas na construção de mecanismos financeiros permanentes voltados a assegurar poder de influência contínua sobre as políticas públicas. O aporte ao fundo patrimonial garante autonomia e estabilidade institucional ao Instituto Rodrigo Mendes, ao mesmo tempo em que legitima sua atuação como produtor de conhecimento, formador de profissionais e agente de advocacy, correspondendo exatamente às três estratégias identificadas

por Fontdevila, Verger e Avelar (2021) como centrais para a promoção de reformas educacionais orientadas pelo mercado. Trata-se, portanto, de um dispositivo de governança privada que consolida a atuação da rede filantrópico-empresarial para além da execução de serviços, operando na definição de agendas, no estabelecimento de padrões normativos e na conformação de consensos públicos em torno de uma educação de tipo corporativo. Nesse sentido, o Endowment IRM não apenas financia ações, mas cria condições para a reprodução ampliada de um projeto político-educacional que reposiciona o Estado como parceiro operacional e o setor privado como condutor estratégico da política pública.

LIGANDO OS PONTOS PARA CONCLUIR

Lubienski et al. (2016), em análise ao filantropocapitalismo em esfera global, afirmam que a concessão de recursos deixa de ser tratada como uma obrigação sociomoral e passa a ser considerada um investimento em resultados que devem ser mensuráveis. Ainda segundo os autores, grandes corporações e seus braços sociais mantêm o controle da gestão de fundos e favorecem uma determinada agenda política por meio do financiamento de projetos, *advocacy* e *think tanks*, dentre outras ações.

Nesta mesma perspectiva, corroborando a análise acima descrita, a B3 afirma que sua “atuação[...] não se esgota no aporte financeiro”. E que se inspira no “modelo de *Venture Philanthropy* [...]”. Este método, em suas palavras, “prevê um processo de acompanhamento e avaliação dos resultados bastante abrangente de cada iniciativa, com base em dados e evidências”.

Para Ball e Olmedo (2013),

As formas como a política educacional, as empresas, a filantropia e o desenvolvimento internacional se organizam e se interrelacionam estão mudando em função dos métodos daquilo que pode ser entendido como “capitalismo social global”. Dentro dessa nova configuração, soluções inovadoras e velhas soluções para problemas sociais e de desenvolvimento “baseadas no mercado” estão sendo privilegiadas e fortalecidas através do surgimento de uma nova elite global, conectada em rede, formada por promotores de políticas e “novos” filantropos (p.33).

Estes novos filantropos, ligados ao mercado financeiro e ao empresariado, não esclarecem a diferença entre “um fundo de capital de risco e uma fundação” (BALL E OMEDO, 2013) e também não renunciam ao lucro, afirmando categoricamente que é possível fazer caridade e lucrar com isso.

Atores novos entram na rede da Filantropia de Risco composta, inicialmente e majoritariamente, pelas fundações e institutos familiares. Nestas novas redes, ganham destaque as fundações empresariais e, de maneira ainda mais consistente e veloz, as fundações bancárias e rentistas que adotam a premissa da caridade com lucro.

A B3 Social surge no seio da emergência da diversificação do papel do setor privado na educação e representa a materialização de mais uma forma de inserção do mercado financeiro na educação pública. Materializa também o sujeito facilitador da ação filantrópica do empresariado, utilizando-se largamente *do modus operandi* das empresas de capital aberto para o financiamento, gerenciamento e monitoramento de projetos potencialmente escaláveis implementados na educação pública.

Diante do exposto, analisando mais detidamente as ações financiadas e apoiadas pela Bolsa de Valores brasileira por meio de seu braço social, é possível traçar aproximações da pesquisa de Fontdevila et al. (2019) que identificaram quatro estratégias utilizadas pelo setor privado para incidir sobre a política educacional e consolidar reformas educativas orientadas para o mercado: 1. Mobilização de conhecimento; 2. Network / Rede; 3. Trabalho de Base e 4. Liderança pelo Exemplo (tradução própria).

Ao analisar os conteúdos dos projetos e programas dos nós mais densos da rede social da B3 Social, é possível identificar as estratégias presentes no modelo apresentado pelos autores, percebendo de maneira clara que (1) a mobilização do conhecimento se dá a partir de interesses e premissas bem definidas que, (2) por meio da organização em rede, são financiados - observado aqui, inclusive, nos repasses para o Fundo Patrimonial do IRM –, consolidados e difundidos.

Na construção da hegemonia de suas premissas, busca trabalhar com a base, com os docentes e com as secretarias de educação, causando mobilização de uma dada população. Ainda segundo Fontdevila et al. (2019), “O apoio às organizações de base proporciona ao setor empresarial uma forma difusa e indireta de alavancagem, com a intenção de criar um clima de opinião favorável às reformas políticas” (p.8). Tal estratégia pode ser observada, dentre outras ações, no Movimento pela Base e na maioria das pautas defendidas coletivamente pelos sujeitos coletivos aqui analisados.

A última estratégia apontada, Liderança pelo Exemplo, no estudo dos autores supracitados refere-se ao financiamento de projetos piloto e experiências de educação em instituições privadas de ensino, pressionando uma modificação dos sistemas de ensino e o destino dos recursos públicos. Na experiência brasileira no geral, e nas ações da B3 Social, a Liderança pelo Exemplo, ao menos por enquanto, não repousa nesta mesma lógica, embora seja estratégia marcante de outros nós presentes na rede, mas não analisados neste artigo. De toda forma, ao se ressignificar a estratégia, a Liderança pelo Exemplo pode ser identificada em uma fase anterior materializada tanto no projeto Impulsiona, quanto na experiência de Sobral (e do Ceará, de maneira ampla) que originou a Associação Bem Comum e a PARC.

Diante do exposto, pode-se inferir que a análise das ações da B3 Social revelou a consolidação de uma forma de governança em que o financiamento privado deixa de ser pontual e filantrópico para se tornar estruturante da política pública, alinhando formação docente, produção de conhecimento e incidência normativa aos interesses de agentes inseridos no mercado financeiro. Esse arranjo corresponde ao que Fontdevila, Verger e Avelar (2019) descrevem como atuação estratégica em rede, na qual a influência se institui não apenas pela difusão de ideias, mas pela criação de mecanismos permanentes de sustentação financeira e legitimidade institucional.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é fruto de projeto financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, a quem agradecemos o apoio.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T. et al.. O filantropocapitalismo e a terceira geração da privatização da educação paulista . *Educação e Pesquisa*, v. 50, p. e262306, 2024.
- ARAÚJO, G. C. de; NASCIMENTO, R. P. do. Educação Já! e a governança federativa: a nova investida do Movimento Todos pela Educação na definição do Sistema Nacional de Educação. **Educar em Revista**, 36, e77534, 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77534>
- B3 SOCIAL. Relatório de Atividades 2021. 2021.
https://www.b3.com.br/data/files/D1/F1/BE/43/DBDD0810C493CD08AC094EA8/RA_B3Social_2021.pdf
- BALL, S.; OLMEDO, A. A nova filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, M. V. P. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação** (1ª ed, pp 33-47). Brasília: Liber Livro, 2013.
- BÖRZEL, T. A. Organizando Babel: redes de políticas públicas. In: DUARTE, F.; SQUANDT, C.; SOUZA, Q. **O tempo das redes**. (1ª ed, pp 217-256). São Paulo: Perspectiva, 2008.
- EVANGELISTA, O.; LEHER, R. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, 10 (15), 2012.
<https://doi.org/10.22409/tn.10i15.p6865>
- FABIANI, P.M. de J.; CRUZ, H. N. da. Fundos patrimoniais: caminho para a sustentabilidade de longo prazo. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, 4 (2), pp. 186-203, 2017.
<https://doi.org/10.31501/repats.v4i2.8852>
- FONTDELIVA, C.; VERGER, A.; AVELAR, M. The business of policy: a review of the corporate sector's emerging strategies in the promotion of education reform. **Critical studies in education**, 62 (2), pp. 131-146, 2021 <https://doi.org/10.1080/17508487.2019.1573749>
- GROPPO, L. A. Responsabilidade social empresarial e a mercantilização da solidariedade. **Serviço Social e Sociedade**, XXVIII (91), pp. 143-162, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000300006>
- MARTINS, A. S. Educação Básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. **Práxis Educativa**, 4 (1), pp. 21-28, 2009. <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v.4i1.021028>
- MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento “Todos pela Educação”. **Revista Portuguesa de Educação**, 31 (1), pp. 4-20, 2018. <https://doi.org/10.21814/rpe.12674>
- PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa** (1ª ed., pp. 373-418). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOTTO-MAIOR, F. L. Endowments no Brasil: a importação de uma estratégia de sustentabilidade.

Revista de Direito do Terceiro Setor, 5 (10), p. 65-95, 2011.

<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/43377>

SOUZA, Q.; QUANDT, C. Metodologia de análise de redes sociais. In: DUARTE, F.; SOUZA, Q.; QUANDT, C. (orgs.) **O tempo das redes** (1ª ed., pp. 31-63). **São Paulo: Editora Perspectiva**, 2008.

VERGER, A.; LUBIENSKI, C.; STEINER-KHAMSI, G. (org.). **World yearbook of education 2016: The global education industry**. London: Routledge, 2016.

Submetido: 11/08/2025

Aceito: 15/10/2025